



De Trump a Biden: a política externa dos EUA e a Ordem Liberal Internacional

From Trump to Biden: US foreign policy and the International Liberal Order

De Trump a Biden: la política exterior de Estados Unidos y el orden liberal internacional

Bárbara Vasconcellos de Carvalho Motta¹

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2022v19n1p42-54

RESUMO

O unilateralismo agressivo de Donald Trump colocou em questionamento um dos principais pilares sobre os quais, historicamente, se construiu a hegemonia norte-americana: a lógica de que uma ordem liberal era benéfica tanto aos demais países quanto principalmente aos interesses dos Estados Unidos. A vitória de Joe Biden veio então acompanhada da expectativa de um total reajuste na política externa estadunidense e retorno dos EUA como patrocinador desta ordem. A partir desta discussão, o presente artigo apresenta duas contribuições. Em primeiro lugar, apresentar a administração Trump como um ponto de inflexão neste processo. Diferentemente de governos anteriores, Donald Trump tensiona, em conjunto e ao mesmo tempo, as três principais dimensões da ordem liberal internacional, a saber: o liberalismo econômico, político e a intergovernabilidade liberal. Em segundo lugar, inserir a administração Biden no amplo debate sobre transição hegemônica e enfraquecimento da OLI com o objetivo de pontuar quais iniciativas de política externa foram adotadas até o presente momento para recuperar a importância de valores liberais e o status de liderança dos EUA.

Palavras-chave: Política Externa dos EUA; Donald Trump; Joe Biden; Ordem Liberal Internacional; Transição Hegemônica.

ABSTRACT

Donald Trump's aggressive unilateralism called into question one of the main pillars on which, historically, American hegemony was built upon: the logic that an international liberal order (ILO) was beneficial both to other countries and mainly to the interests of the United States. Joe Biden's victory forged the anticipation of a total readjustment in American foreign policy and the US return as a sponsor of this order. Based on this discussion, this article presents two contributions. First, it presents the Trump administration as a turning point in this process. Unlike previous governments, Donald Trump puts tension, together and at the same time, on the three main dimensions of the international liberal order, namely: economic and political liberalism and liberal intergovernmentality. Second, it inserts the Biden administration into the broad debate on

¹ Doutora em Relações Internacionais pelo PPGRI San Tiago Dantas. Professora de Relações Internacionais na Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (GEDES). Coordenadora do Observatório de Política Exterior Brasileira (OPEB) do Observatório de Política Exterior (OPEX). Email: b.motta@academico.ufs.br

hegemonic transition and weakening of the ILO with the objective of highlighting which foreign policy initiatives have so far been adopted to recover the importance of liberal values and the US leadership status.

Keywords: US Foreign Policy; Donald Trump; Joe Biden; International Liberal Order; Hegemonic Transition.

RESUMEN

El agresivo unilateralismo de Donald Trump puso en duda uno de los principales temas sobre los que, históricamente, se construyó la hegemonía norteamericana: la lógica de que un orden liberal era beneficioso tanto para otros países como principalmente para los intereses de Estados Unidos. La victoria de Joe Biden estuvo acompañada entonces de la expectativa de un reajuste total de la política exterior estadounidense y del regreso de Estados Unidos como patrocinador de este orden. A partir de esta discusión, este artículo presenta dos contribuciones. En primer lugar, presentar a la administración Trump como un punto de inflexión en este proceso. A diferencia de gobiernos anteriores, Donald Trump pone en tensión, juntas y al mismo tiempo, las tres dimensiones principales del orden liberal internacional, a saber: el liberalismo económico y político y la intergubernabilidad liberal. En segundo lugar, insertar a la administración Biden en el amplio debate sobre la transición hegemónica y el debilitamiento de la OLI con el objetivo de resaltar qué iniciativas de política exterior se han adoptado hasta la fecha para recuperar la importancia de los valores liberales y el estatus de liderazgo estadounidense.

Palabras clave: Política exterior de Estados Unidos; Donald Trump; Joe Biden; Orden Liberal Internacional; Transición hegemónica.

INTRODUÇÃO

O debate sobre mudanças na Ordem Liberal Internacional (OLI) e consequente declínio dos Estados Unidos (EUA) enquanto potência hegemônica não é novo (Acharya, 2017; Allan; Vucetic; Hopf, 2018; Ikenberry, 2005; Stokes, 2018). A cada momento crítico das relações internacionais, seja por força de fatores exógenos ou endógenos aos Estados Unidos, essa discussão ganha fôlego renovado. Fatores como o fortalecimento de um possível contestador, como o Japão nos 70 e 80 (Torres, 1999) e, ainda, anos 90 (Gill, 1991; Huntington, 1988) e atualmente a China (Layne, 2009; Schweller; Pu, 2011), a existência de ameaças transnacionais que colocam em xeque a preponderância norte-americana, como no caso do terrorismo internacional (Bergesen; Lizardo, 2004; Nayak; Malone, 2009), ou até mesmo o recente cres-

cimento da nova direita global (Abrahamsen *et al.*, 2020), com governos que advogam práticas nacionalistas e iliberais, são exemplificações do conjunto de preocupações que impulsionaram e ainda impulsionam os estudos sobre essa temática.

No entanto, para além desses fatores internacionais que se impõem aos Estados Unidos e afetam seu status de liderança internacional, recentes administrações norte-americanas também contribuíram para a fragilização dos valores liberais institucionalizados no pós-Segunda Guerra Mundial. Desde a intervenção de Clinton no Kosovo sem a aprovação do Conselho de Segurança da ONU até a intervenção de George W. Bush no Iraque baseada em ação unilateral e guerra preventiva (Silverstone 2012), além da explícita violação de direitos humanos e da Convenção de Genebra, pelo uso de tortura contra os “*unlawful combatants*”

detidos pelos EUA (Steele, 2008, 2017), todas essas ações de política externa colocaram sob escrutínio a legitimidade norte-americana e a ordem liberal.

Nessa toada, a administração Trump agravou ainda mais essas contradições, tanto no âmbito doméstico quanto internacional. Internamente, se outros governos mantiveram um nacionalismo cívico que buscava apaziguar as desigualdades internas pela construção de um pertencimento nacional razoavelmente inclusivo, Trump deu voz a discursos ainda mais reacionários, reinscrevendo o nacionalismo norte-americano em bases étnicas e contribuindo para acentuar os já existentes divisionismos internos (Restad, 2020). No plano internacional, por mais que governos unilateralistas e bastante agressivos já tivessem passado pela história norte-americana, Trump também retomou o isolacionismo dos Estados Unidos com sua política do “*America First*” e colocou em questionamento um dos principais pilares de sustentação da hegemonia norte-americana: a aliança do eixo atlântico.

Toda essa trajetória apresenta uma série de desafios ao atual governo Biden para reposicionar os EUA na política internacional. O presente artigo analisa, então, como esta administração tem buscado reposicionar a hegemonia norte-americana e, por desdobramento, a OLI. Com isso, esta proposta apresenta duas contribuições. Em primeiro lugar, apresentar a administração Trump como um ponto de inflexão neste processo. Diferentemente de governos anteriores, Donald Trump tensiona, em conjunto e ao mesmo tempo, as três principais dimensões da ordem liberal internacional, a saber: o liberalismo econômico, político e a intergovernabilidade liberal. Além disso, antagoniza o principal grupo de países apoiadores

da liderança estadunidense: os países da Europa Ocidental. Em segundo lugar, inserir a administração Biden no amplo debate sobre transição hegemônica e enfraquecimento da OLI com o objetivo de pontuar quais iniciativas de política externa foram adotadas até o presente momento para recuperar a importância de valores liberais e o status de liderança dos EUA. Por mais que este governo ainda esteja em curso, o que não nos possibilita olhar para ele a partir de um sentido de conclusão e um afastamento histórico, ainda assim entendemos que ele é um objeto de análise importante para compreendermos, no tempo presente, os significados da atuação Biden para a política internacional em possível contexto de transição hegemônica.

Nesse sentido, além desta introdução e da conclusão, o artigo será estruturado da seguinte forma. A primeira seção abordará o debate sobre a construção da ordem liberal internacional pelos Estados Unidos, apontando em que medida a administração Trump contribuiu para colocar em xeque tanto esta respectiva ordem quanto o papel dos EUA nela. A segunda terá como foco as iniciativas do governo Biden com vistas a resgatar a importância dos valores liberais e a liderança norte-americana, usando pontualmente a guerra na Ucrânia como uma ilustração desse processo.

TRUMP E SUAS POLÍTICAS ILIBERAIS

Independente de o início da hegemonia norte-americana ter seu marco zero no pós-Segunda Guerra Mundial ou no pós-Guerra Fria, o debate sobre a construção da hegemonia estadunidense e da OLI converge para o entendimento de que esta é marcada por pelo menos

três dimensões: a defesa do liberalismo econômico, a ênfase no liberalismo político e o papel das instituições internacionais (Cooley; Nexon, 2020; Ikenberry, 2005; Peterson, 2018).

No que tange o liberalismo econômico², a ordem foi construída a partir do compromisso com o mercado e a liberalização cada vez mais intensa das economias nacionais, sob a justificativa de que o livre-mercado seria a forma mais eficiente e benéfica de inserção internacional. Em relação ao liberalismo político, o elemento definidor desta ordem é a criação de uma governança internacional com o maior número possível de democracias liberais que estabeleçam um compromisso de representatividade e obrigações perante seus nacionais (Deudney; Ikenberry, 1999; Ikenberry, 2005; Ruggie, 1982).

Do ponto de vista dos valores liberais, as estratégias de engajamento externo dos EUA, tanto em sua via exemplarista, com o reforço dos valores liberais em âmbito doméstico, apresentando-o como exemplo a ser seguido pelos demais países, quanto pela via excepcionalista, que enxerga a experiência dos EUA de modo singular e superior, outorgando-lhe o direito de intervir externamente para propagar estes valores, compartilham a concepção da paz democrática (Doyle, 2005; Owen, 2014; Russett et al., 1995). Isto é, de que um mundo composto por democracias seria um mais pacífico na medida em que democracias não entram em conflito entre si.

Na esfera da intergovernabilidade liberal, a presente ordem estaria assentada não apenas

2 Vale, neste ponto, tensionar a defesa do liberalismo econômico proposta pelos Estados Unidos. Ainda que Trump tenha aprofundado o protecionismo norte-americano, tal prática foi adotada em vários momentos progressos da história dos EUA. Como apontam Mendonça (et al, 2017), enquanto os EUA defenderam o liberalismo para além de suas fronteiras nacionais, avançaram internamente práticas para proteger, sobretudo, seu setor agrícola.

na compreensão de que as relações entre os atores geralmente respeitam a ideia da igualdade soberana entre as partes, como também na identificação de que as instituições internacionais são ao mesmo tempo um fórum que reforça a igualdade de direitos e reconhecimento mútuo³, como um ente que auxilia na difusão do liberalismo político e econômico (Cooley; Nexon, 2020).

Nesse sentido, dois elementos são importantes para avaliarmos a atuação do ex-presidente Trump frente à hegemonia norte-americana e à OLI. Em primeiro lugar, a compreensão de que qualquer ordem internacional não é estanque, nem totalmente estável. Ela é um processo dinâmico que se (re)estabelece ao longo do tempo, via processos de ordenamento baseados em normas, regras e arranjos que, por mais que sejam avançados por um ator preponderante, precisam do auxílio e legitimação dos demais atores. Em segundo lugar, o entendimento de que nunca existiu uma ordem liberal completamente homogênea, sem entes questionadores, potenciais revisionistas ou contradições internas (Simão, 2019). Esses dois pontos são importantes para situarmos a administração Trump em um contexto mais amplo e compreendermos o porquê de ela ter sido enfatizada como ponto de inflexão na trajetória estadunidense. Se Donald Trump não é a causa do declínio dos EUA e do questionamento à OLI,

3 A aparência de isonomia no que tange à intergovernabilidade liberal é um dos fatores que auxilia os EUA na construção de uma hegemonia que se pretende ser apresentada como sustentada por dinâmicas de consenso. No entanto, consenso e coerção são dinâmicas constitutivas da hegemonia (Gramsci, 1999). Seja pela via do constrangimento, da isenção (Ruggie, 2009), do reconhecimento de direitos especiais (Bull, 2012) ou da violação explícita de regras e normas pactuadas, como nos casos da ruptura unilateral com o acordo de Bretton Woods nos anos 1970, ou na intervenção dos EUA no Iraque, em 2003, dinâmicas de desigualdade por vezes se sobrepõem a essa pretensa isonomia.

mas sim consequência de uma série de elementos domésticos e internacionais que contribuíram para a sua eleição (Boyle 2020; Ikenberry, 2019, 2017), ele pode ser visto, sem dúvida, como um fator catalisador desse processo.

Diferentemente de presidentes anteriores, Trump contribuiu para enfraquecer as três dimensões da ordem liberal internacional, em conjunto (Cooley; Nexon 2020; Karkour, 2020; Stokes, 2018). Autores como Barry Posen (2018), em seu texto para a *Foreign Affairs*, classificam a grande estratégia de Trump como iliberal, tanto por seu questionamento às instituições internacionais e ao multilateralismo, priorizando ações unilaterais e coercitivas, quanto pela percepção ampla de que não mais interessaria aos Estados Unidos a difusão de valores liberais, como os de democracia e livre-comércio.

Este desinteresse é perceptível na *National Security Strategy* (NSS), de 2017, segundo a qual desde “a década de 1990, os Estados Unidos apresentaram um grande grau de complacência estratégica” pois “assumi[ram] que [sua] superioridade militar estava garantida e que uma paz democrática era inevitável”, além de “acredita[rem] que o alargamento e a inclusão de democracias liberais alterariam fundamentalmente a natureza das relações internacionais e que a concorrência daria lugar à cooperação pacífica”⁴ (THE WHITE HOUSE, 2017, p. 27). A percepção de que se vincular aos valores liberais não mais beneficiava os EUA é ponto

fundamental para compreendermos a política externa da administração Trump, sobretudo em relação aos pilares da OLI.

Nas relações dos EUA com o sistema econômico internacional, Trump buscou repensar o engajamento dos EUA com o liberalismo econômico, retirando o país de acordos considerados ruins ou, pelo menos, de acordos que não atendiam aos interesses de alguns setores econômicos que nos últimos anos perderam competitividade e passaram a se sentir marginalizados, como as áreas manufatureiras do *Rust Belt* (Poty, 2021). Essa lógica também fundamentou a retirada dos EUA da *Trans-Pacific Partnership* (TPP)⁵, um extenso acordo de livre-comércio entre doze países banhados pelo Oceano Pacífico, além de orientar Trump em sua ameaça de sair do *North American Free Trade Agreement* (NAFTA), voltando atrás e renegociando a criação de novo acordo de livre comércio com o Canadá e o México, o USMCA (Peterson, 2018). Ademais, Trump contribuiu para a fragilização do principal ente internacional para contenciosos comerciais, o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da Organização Mundial do Comércio (OMC), ao se recusar a aprovar a troca de juízes nesse órgão (Drezner, 2019).

Para além do questionamento a acordos específicos, essas ações também estavam alicerçadas em uma perspectiva conservadora mais ampla veiculada pela administração Trump. Esta buscava atender aos anseios de certos setores sociais nos EUA, como os *white trash* –

4 No original: “Since the 1990s, the United States displayed a great degree of strategic complacency. We assumed that our military superiority was guaranteed and that a democratic peace was inevitable. We believed that liberal-democratic enlargement and inclusion would fundamentally alter the nature of international relations and that competition would give way to peaceful cooperation”. Tradução nossa.

5 Essa iniciativa, no entanto, não se restringe ao governo Trump, ainda que este tenha intensificado práticas de proteção à economia norte-americana. Durante o governo Obama o próprio congresso já havia sinalizado a não-ratificação do acordo, o que demonstra a existência de segmentos políticos, para além de Trump, contrários à proposta de adesão ao TPP (Pecequillo; Forner, 2017).

parcela branca, cristã e de classe média, que nas últimas décadas perdeu poder de compra e viu o sonho americano sendo inviabilizado. Além disso, almejava também a inclusão na pasta econômica de indivíduos, como Peter Navarro, um dos mais altos conselheiros de Trump para assuntos comerciais, que em seu documentário *Death by China* vinculou o declínio da capacidade de fabricação manufatureira dos EUA ao aumento do aborto, do divórcio, da infertilidade, ao uso de opioides, ao aumento do crime, entre outros fatores (Peterson, 2018).

Do ponto de vista do liberalismo político, a administração Trump rompeu com o consenso histórico de que a difusão da democracia e o arregimento de Estados competidores seria benéfico aos EUA. Como apontado em sua NSS, os EUA precisavam “repensar as políticas (...) baseadas na suposição de que o engajamento com rivais e sua inclusão em instituições internacionais e comércio global os transformaria em atores benignos e parceiros confiáveis” pois, na maior parte do tempo “essa premissa acabou se mostrando falsa” (THE WHITE HOUSE, 2017, p. 3)⁶. Além disso, Trump exacerbou uma série de divisionismos internos: (i) seja com discursos pautados em preconceitos raciais, como a iniciativa de construir um muro entre EUA e México e banir a entrada de indivíduos de países, em sua maioria mulçumanos (Restad, 2020); (ii) com discursos de gênero, como quando mencionou em seu *twitter* a proibição de indivíduos transgênero nas forças armadas norte-americanas (Peterson, 2018); (iii) ou até mesmo encorajando grupos

de extrema direita e supremacia branca, como os *Proud Boys*, *Oath Keepers* e o *QAnon*, inclusive na contestação dos resultados da eleição de 2020 (Forrest, 2021; Jackson, 2020; Levy; Ailworth, 2021; McQueen, 2021), que culminou na invasão do Capitólio.

Além de colocar em dúvida o imaginário largamente veiculado da sociedade estadunidense como multicultural e aberta (Milani, 2021), essas políticas perseguidas por Trump também privilegiaram, como aponta Restad (2020), um nacionalismo étnico em detrimento de um nacionalismo cívico. Em outras palavras, o conservadorismo do governo Trump em várias circunstâncias enfatizou uma concepção nativista (Goldstein, 2017; Huber, 2016) de nacionalidade, em que a ideia de nação é circunscrita a fatores físicos, culturais e raciais, como religião e idioma, fragmentando a sociedade estadunidense entre indivíduos de primeira e segunda classe. Com isso, esta administração reduziu em importância um nacionalismo de contornos cívicos, hegemônico desde o fim da Segunda Guerra Mundial, que se assenta na compreensão dos EUA como um país fundado por um conjunto de ideias liberais, em contraposição a filiações de sangue e pertencimento ao solo (Restad, 2020).

Por fim, outro traço de iliberalidade do governo Trump se refere à sua postura em relação à intergovernabilidade liberal. As práticas estadunidenses de se ausentarem de compromissos multilaterais não é uma especificidade do governo Trump (Ruggie, 2009). Em momentos anteriores os EUA optaram por não participar de iniciativas importantes como o Tribunal Penal Internacional (TPI), o Protocolo de Kyoto, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, da ONU, e a Convenção Americana sobre Direitos Hu-

6 No original: “to rethink the policies of the past two decades—policies based on the assumption that engagement with rivals and their inclusion in international institutions and global commerce would turn them into benign actors and trustworthy partners. For the most part, this premise turned out to be false”. Tradução nossa.

manos. Trump, no entanto, exacerba esse processo. Em seu governo, o descompromisso dos EUA com as instituições multilaterais se dá menos de modo pontual e mais a partir de um amplo questionamento ao multilateralismo em sua essência, como quando o Secretário de Estado de Trump, Mike Pompeo, afirmou que:

O multilateralismo muitas vezes passou a ser visto como um fim em si mesmo. Quanto mais tratados assinarmos, mais seguros estaremos. Quanto mais burocratas tivermos, melhor será o trabalho. Isso foi realmente verdade? (...) Toda nação – toda nação – deve reconhecer honestamente suas responsabilidades para com seus cidadãos e perguntar se a atual ordem internacional serve ao bem de seu povo tão bem quanto poderia (Pompeo, 2018)⁷

Assim, a administração Trump retirou os EUA de importantes fóruns e pactos, como o Acordo de Paris, o Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU e a UNESCO. No entanto, uma das iniciativas que contribuiu largamente para o questionamento da OLI e a posição de preponderância e legitimidade dos EUA nela foram os sucessivos ataques de ex-presidente à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), constringendo os demais países-membros a aumentarem seus aportes de recursos (Drezner, 2019; Hill; Hurst, 2020). Entretanto, como apontam Nexon e Newman (2017), o fornecimento insuficiente de defesa pelos aliados não é uma distorção na arquitetura de segurança global proposta pelos EUA, mas sim uma de suas características definidoras, já que foi esta mesma arquitetura que não

apenas permitiu um ambiente favorável para que os EUA se consolidassem como o primeiro lugar incontestado em capacidades bélicas, como também favoreceu o estabelecimento de uma relação de dependência entre Europa e Estados Unidos para a garantia da segurança e da estabilidade no eixo atlântico e internacionalmente.

Ainda, em sua primeira conferência da OTAN, para a ocasião de inauguração de memorial para as vítimas do 11 de setembro, Trump se recusou a mencionar o compromisso estadunidense com o artigo V do tratado constitutivo da organização, fundante do compromisso de segurança coletiva (Peterson, 2018). Além de romper com trajetória progressiva, em que, na contemporaneidade, todos os presidentes norte-americanos reforçaram a interpretação de que um ataque a um membro da organização seria visto como um ataque a todos, Trump também abalou a relação de confiança e o compromisso dos EUA com seus aliados europeus.

Esses elementos são apenas algumas ilustrações de como a administração Trump contribuiu para colocar, ao mesmo tempo, os três pilares da OLI sob estresse. No entanto, como pontuado anteriormente, toda ordem internacional e seus projetos hegemônicos necessitam de apoio e legitimação vindos de demais atores, redes e instituições. No caso da OLI, um dos seus principais eixos de sustentação é justamente o eixo atlântico, o que torna o questionamento de Trump à aliança historicamente estabelecida entre Estados Unidos e Europa Ocidental um elemento fulcral de fragilização da presente ordem e da hegemonia norte-americana. Ainda que Trump não tenha extinguido a aliança atlântica, a despeito de seus questionamentos à OTAN, a relação com seus aliados europeus foi fragilizada. Sob esta perspectiva, é

7 No original: “Multilateralism has too often become viewed as an end unto itself. The more treaties we sign, the safer we supposedly are. The more bureaucrats we have, the better the job gets done. Was that ever really true? (...) Every nation—every nation—must honestly acknowledge its responsibilities to its citizens and ask if the current international order serves the good of its people as well as it could”. Tradução nossa.

importante considerarmos como a administração Biden busca reposicionar a preponderância estadunidense, bem como as relações de amizade com a sua contraparte europeia.

BIDEN E O PROJETO DE RETOMADA DA ORDEM LIBERAL

Joe Biden, desde a sua campanha para a presidência, se apresentou com uma visão de mundo oposta àquela de Trump. Contrariamente à postura unilateral e individualista do “*make America great again*” (Stephens, 2017), o mote da chapa Biden-Harris foi “*we are back*” (Biden, 2021b); ou seja, os EUA retomariam não apenas a ênfase na participação em instituições multilaterais internacionais, sobretudo naquelas com debates apresentados pelo governo Biden enquanto urgentes, como a questão de direitos humanos, meio ambiente e gênero/direito das mulheres, como também no seu compromisso de garantir a estabilidade internacional e a manutenção dos valores liberais democráticos (Biden, 2020). Na busca por reassumir o controle, a presença e a liderança estadunidense, Biden vem buscando resgatar a legitimidade dos EUA nos três pilares da OLI.

Do ponto de vista do liberalismo econômico, por mais que Biden tenha mantido intactas várias das tarifas impostas à China (Nathan, 2021), seu governo tem objetivado aumentar as relações de livre comércio com países asiáticos na tentativa de conter a expansão chinesa. Neste sentido, em 23 de maio de 2022, o presidente Biden viajou para o Japão para lançar um acordo econômico entre doze países do Indo-Pacífico que, entre outros objetivos, tem o intuito de oferecer tarifas mais baixas e acesso ao mercado estadunidense (Sevastopulo; Inaga-

ki, 2022). Para além de manter os EUA economicamente ativos em regiões estratégicas, o governo Biden também tem buscado lidar internamente com a questão das desigualdades sociais, interpretando-as como resultado de políticas que enfraqueceram os trabalhadores e fortaleceram grandes corporações e, portanto, só poderiam ser sanadas por meio de políticas públicas para a promoção de uma prosperidade amplamente compartilhada (Biden, 2020).

Em relação ao liberalismo político, Biden apontou de modo explícito que sua administração objetiva atuar “não apenas pelo exemplo do nosso poder, mas também com o poder do nosso exemplo” e que para isso seu governo “tomar[ia] medidas decisivas para renovar nossos valores fundamentais” (Biden, 2020, tradução nossa). Dessa forma, em âmbito doméstico, além de mobilizar o aparato público para resgatar a confiança no sistema eleitoral norte-americano, Biden, em junho de 2021, estabeleceu iniciativa crucial para combater movimentos extremistas internos que tem contribuído para a fragilização da democracia estadunidense: a *National Strategy for Countering Domestic Terrorism*. Nesse documento há uma inclinação para considerar as milícias domésticas, principalmente as de supremacia branca, como grupos que praticam terrorismo doméstico, podendo assim ser investigadas e incriminadas (THE WHITE HOUSE, 2021b). Já no âmbito internacional, a administração Biden cumpriu sua promessa de campanha ao fomentar um diálogo internacional para o avanço da democracia, na elaboração da *Summit for Democracy*, ocorrida em dezembro de 2021, que reuniu uma série de lideranças políticas, da sociedade civil e do setor privado, com o objetivo de colocar uma agenda afirmativa para renovar a democracia e enfrentar o problema interna-

cional da ascensão de grupos antidemocráticos (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2021).

Por fim, no que tange à intergovernabilidade liberal, uma das primeiras iniciativas de Biden foi retomar a participação dos EUA em acordos e instituições centrais da OLI, como o Acordo de Paris, o CDH e a UNESCO. Para além disso, a escolha de Linda Thomas-Greenfield como embaixadora estadunidense na ONU é central para o resgate do engajamento dos EUA com o multilateralismo internacional. Em sua *confirmation hearing*, Thomas-Greenfield afirmou que, por mais que certas instâncias internacionais estejam engessadas e tenham perdido sua capacidade de *constranger* e penalizar, como o CDH que, em suas palavras, há muito tempo não consegue avançar uma condenação por violação de direitos humanos, o caminho ideal para os EUA não é se retirar e se isentar das discussões nesses órgãos, mas sim de reforçar sua participação (Thomas-Greenfield, 2021). Essa postura é fundamental não apenas porque a participação dos EUA em fóruns multilaterais é vista como importante pelos demais países da OLI, mas também pela percepção de que atores como a China e a Rússia, mas principalmente a China, foram ocupando os espaços deixados com o vácuo de poder norte-americano (Thomas-Greenfield, 2021).

No entanto, de todos os questionamentos apresentados pelo governo Trump sobre a validade e a desejabilidade do engajamento internacional dos EUA, aquele direcionado à OTAN pode ser visto como o mais prejudicial para a liderança norte-americana, uma vez que fragiliza sua principal base de apoio. O resgate desses laços de confiança é um dos maiores desafios da administração Biden. Neste sentido, a guerra na Ucrânia, iniciada com a invasão

rusa em fevereiro de 2022, é útil aos EUA, na medida em que auxilia nas duas dimensões desenhadas pela política externa Biden: uma competitiva em relação aos governos iliberais e outra cooperativa em relação às democracias (Soller, 2021).

Na dimensão competitiva, a *Interim National Security Strategic Guidance*, apresentada por Biden já em março de 2021, colocou de modo claro a China e a Rússia como os principais desafiantes dos EUA e da OLI (THE WHITE HOUSE, 2021a). Dessa forma, a invasão da Rússia à Ucrânia, combinada com a aproximação recente entre Rússia e China e a recusa desta em condenar explicitamente tal ato (McGregor, 2022), contribuem para o (re) estabelecimento do recorrente discurso norte-americano que reforça “os valores dos Estados Unidos [como] imprescindíveis ao mundo” (Biden, 2021c, tradução nossa). Em um momento internacional em que a Guerra Global ao Terror vem, continuamente, perdendo força⁸ e não consegue mais mobilizar o aparato estadunidense e a comunidade ocidental internacional contra um inimigo comum, a localização de um novo inimigo de proporções globais auxilia os EUA a demarcar seu propósito e sua capacidade de garantir bens públicos. Para realizar tal tarefa, Biden enfatiza que “a América não pode enfrentar os seus inimigos sozinha” (Biden, 2020, tradução nossa), necessitando, cada vez mais, de seus aliados europeus. Por identificar a relação com a Europa

8 A mudança de foco da atuação norte-americana pode ser percebida desde o governo Obama, em que os Estados Unidos começam a redirecionar suas atenções das intervenções pós-11/09 para a Ásia. Além do processo de retirada das tropas do Afeganistão, inicialmente prometida por Obama, decidida por Trump, mas apenas implementada por Biden, desde 2011, com a estratégia *Pivot to Asia*, que os Estados Unidos reorientaram seu foco, sobretudo, para a contenção da China (Poty, 2022).

como fundamental para a OLI, na Conferência de Segurança de Munique, que ocorreu a 19 de fevereiro de 2021, Biden não apenas reafirmou a importância do artigo V da OTAN, como reiterou que “a parceria entre a Europa e os Estados Unidos [...] é e deve continuar a ser a pedra angular de tudo o que esperamos realizar no século XXI, tal como fizemos no século XX”⁹ (Biden, 2021a, tradução nossa).

Nesse contexto, por mais que a administração Biden tenha continuado os esforços de contenção da China, o reforço do antagonismo Rússia-Estados Unidos, herdado do período da Guerra Fria, veio ao encontro da iniciativa Biden de reforçar a hegemonia norte-americana. Resgatar o imaginário de um inimigo historicamente reconhecido tanto pelos EUA como por seus aliados no eixo atlântico vem contribuindo para que Biden reafirme a importância dos EUA como patrocinadores da ordem, da estabilidade e da segurança internacional. Desde a eclosão da guerra, o governo norte-americano já disponibilizou mais de 43 mil milhões de dólares em assistência de segurança, além de ter submetido ao Congresso, em 10 de agosto de 2023, um pedido de quase US\$ 24 bilhões em financiamento suplementar no ano fiscal de 2024 para continuar o esforço de auxílio à Ucrânia e aos países do entorno (US CONGRESS, 2023).

Grande parte deste auxílio se destinou ao fornecimento de material bélico, treinamento e compartilhamento de informações, via inteligência, para que os comandantes ucranianos possam sobrepor o exército russo e, potencialmente, vencer a guerra. Conforme o conflito se

prolonga, a avaliação de que o governo ucraniano necessita de ativos militares ainda mais sofisticados ou de difícil circulação fomenta uma maior concertação atlântica. Desde então, os EUA não só concordaram em fornecer tanques de batalha Abrams (Bertrand; Liebermann, 2023) e o sistema de lançamento de foguetes HIMARS (Whittaker, 2022), entre outros exemplos, como também permitiram que seus aliados europeus enviassem jatos F-16, de fabricação norte-americana (EUA..., 2023). O esforço do Ocidente frente a uma ameaça imediata foi ao encontro da proposta do governo Biden de re-estreitar os laços entre os países que compõem a OTAN. Ainda que aliança não tenha se engajado diretamente na guerra, sobretudo por receio de que esta escalasse para um conflito nuclear, a mobilização de auxílio à Ucrânia contra uma agressão russa vem sendo fundamental para apaziguar as reticências postas por Trump em relação ao papel desempenhado pelos EUA na Organização.

Ainda, do ponto de vista da hegemonia norte-americana, a oposição à Rússia, principalmente via um front ocidental único, é um importante movimento de sinalização para que outros países, mormente a China, não se aventurem em agressões semelhantes, sob a pena de sofrerem sanções. Apresentar esses dois países como, ambos, desafiantes da OLI tem ainda mais condições de aproximar as democracias e apaziguar as desconfianças fomentadas pela administração Trump. De modo preliminar, podemos considerar que o conflito na Ucrânia contribui, então, para a dimensão cooperativa da política externa de Biden ao oferecer um ambiente fértil no qual a necessidade de reforçar as relações transatlânticas contra governos considerados iliberais e disruptivos ganha renovado estímulo.

9 No original: “The partnership between Europe and the United States, in my view, is and must remain the cornerstone of all that we hope to accomplish in the 21st century, just as we did in the 20th century”. Tradução nossa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito de todas as diferenças, Trump e Biden compartilham um ponto em comum: a percepção de que a posição hegemônica dos EUA vem se alterando a passos largos nos últimos anos. No entanto, enquanto Trump entendia a liderança norte-americana como problemática pelos custos que ela impõe, Biden resgata a percepção de que os EUA “estão preparados para liderar novamente” e que “nenhuma outra nação tem essa capacidade” (Biden, 2020, tradução nossa), sendo fundamental que os EUA “defend[am] a liberdade e a democracia” (Biden, 2020, tradução) e que consigam manter fortes os três principais pilares da ordem liberal internacional, para que esta possa perdurar como um bem em si mesmo e que sirva de escudo frente a um possível movimento de transição hegemônica. Com isso, iniciativas como as apresentadas acima, em conjunto com o retorno à Organização Mundial da Saúde, a promoção de um Fórum das Grandes Economias para discutir questões sobre energia e clima, antes da COP26, e a proposição da suspensão temporária de patentes das vacinas de COVID-19, buscam rerepresentar os EUA como *paymaster* da ordem liberal internacional.

A invasão da Rússia à Ucrânia, apesar de suas consequências negativas e prejudiciais aos direitos humanos, vem contribuindo para o objetivo da administração Biden de assumir com renovado ânimo a agenda liberal, tanto no âmbito doméstico quanto internacional. Se mesmo com o reposicionamento, no início da administração Biden, das relações transatlânticas como primordiais, a Europa Ocidental ainda via os Estados Unidos com reticências e percebia com cautela o desejo estadunidense de que a Europa se afastasse economicamente

da China, a guerra na Ucrânia contribuiu para alterar esse panorama. Por um lado, o conflito forneceu aos EUA novos elementos para, minimizada a força discursiva da Guerra Global ao Terror, renovar o discurso de um inimigo comum que unifique a aliança ocidental. Por outro, criou um ambiente em que a Europa, em situação de instabilidade, precisa do suporte de aliados, sobremaneira os EUA, para lidar com os problemas de fornecimento de petróleo e gás causados pela guerra da Ucrânia, além de mobilizar medidas punitivas para garantir a segurança no continente europeu. Novamente, os EUA retomam os fundamentos da ordem apresentada no pós-Segunda Guerra Mundial, em que o insuficiente financiamento da OTAN pelos aliados europeus não é um defeito a ser corrigido, mas sim uma das forças aglutinadoras do bloco ocidental, reforçando, inclusive, a preponderância norte-americana no continente europeu.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSEN, Rita *et al.* Confronting the International Political Sociology of the New Right. **International Political Sociology**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 94–107, 2020.
- ACHARYA, Amitav. After Liberal Hegemony: The Advent of a Multiplex World Order. **Ethics & International Affairs**, [s. l.], v. 31, n. 3, p. 271–285, 2017.
- ALLAN, Bentley B.; VUCETIC, Srdjan; HOPF, Ted. The Distribution of Identity and the Future of International Order: China's Hegemonic Prospects. **International Organization**, [s. l.], v. 72, n. 4, p. 839–869, 2018.
- BERGESEN, Albert J.; LIZARDO, Omar. International Terrorism and the World-System. **Sociological Theory**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 38–52, 2004.
- BERTRAND, N.; LIEBERMANN, O. EUA estão finalizando planos para enviar tanques Abrams para a Ucrânia. **CNN**, 25 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-estao-finalizando-planos-para-enviar-tanques-abrams-para-a-ucrania/>>. Acesso em: 29 ago. 2023.
- BIDEN, Joseph. **Remarks by President Biden at the 2021 Virtual Munich Security Conference**. [S. l.: s. n.], 2021a. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2021/02/19/remarks-by-president-biden-at-the-2021-virtual-munich-security-conference/>. Acesso at: 29 Jun. 2022.

- BIDEN, Joseph. **Remarks by President Biden in Press Conference.** [S. l.], 2021b. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2021/06/16/remarks-by-president-biden-in-press-conference-4/>. Acesso at: 29 Jun. 2022.
- BIDEN, Joseph. **Remarks by President Biden on America's Place in the World.** [S. l.: s. n.], 2021c. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2021/02/04/remarks-by-president-biden-on-americas-place-in-the-world/>. Acesso at: 29 Jun. 2022.
- BIDEN, Joseph. Why America Must Lead Again Rescuing U.S. Foreign Policy After Trump. **Foreign Affairs**, [s. l.], v. 99, n. 2, p. 64–76, 2020.
- BOYLE, Michael J. America and the Illiberal Order After Trump. **Survival**, [s. l.], v. 62, n. 6, p. 51–76, 2020.
- BOYLE, M. J. America and the Illiberal Order After Trump. **Survival**, v. 62, n. 6, p. 51–76, 1 nov. 2020.
- BULL, H. **The anarchical society: a study of order in world politics.** [s.l.] Macmillan International Higher Education, 2012.
- COOLEY, Alexander; NEXON, Daniel. **Exit from hegemony: the unraveling of the American global order.** Oxford: Oxford University Press, 2020.
- DEUDNEY, Daniel; IKENBERRY, G. John. The nature and sources of liberal international order. **Review of International Studies**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 179–196, 1999.
- DOYLE, Michael W. Three Pillars of the Liberal Peace. **American Political Science Review**, [s. l.], v. 99, n. 3, p. 463–466, 2005.
- DREZNER, Daniel W. Present at the Destruction: The Trump Administration and the Foreign Policy Bureaucracy. **The Journal of Politics**, [s. l.], v. 81, n. 2, p. 723–730, 2019.
- EUA aprovaram envio de caças F-16 à Ucrânia. **Deutsche Welle**, 18 ago. 2023. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/eua-aprovar%C3%A3o-envio-de-ca%C3%A7as-f-16-%C3%A0-ucr%C3%A2nia/a-66569149>>. Acesso em: 29 ago. 2023.
- FORREST, Brett. What Is QAnon? What We Know About the Conspiracy-Theory Group. **The Wall Street Journal**, [s. l.], 4 Feb. 2021. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/what-is-qanon-what-we-know-about-the-conspiracy-theory-11597694801>. Acesso at: 29 Jun. 2022.
- GILL, Stephen. **American Hegemony and the Trilateral Commission.** Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- GOLDSTEIN, Jared. Unfit for the Constitution: Nativism and the Constitution, From the Founding Fathers to Donald Trump. **Roger Williams University School of Law**, [s. l.], 2017.
- GRAMSCI, A. **Selection From the Prison Notebooks.** London: Elec Books, 1999.
- HILL, Matthew; HURST, Steven. The Trump presidency: continuity and change in US foreign policy. **Global Affairs**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 1–3, 2020.
- HUBER, Lindsay. Make America Great again: Donald Trump, Racist Nativism and the Virulent Adherence to White Supremacy Amid U.S. Demographic Change. **Charleston L. Rev.**, [s. l.], v. 10, 2016.
- HUNTINGTON, Samuel. The U.S.—Decline or Renewal?. **Foreign Affairs**, [s. l.], n. 67, p. 76–96, 1988.
- IKENBERRY, G. John. Power and liberal order: America's postwar world order in transition. **International Relations of the Asia-Pacific**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 133–152, 2005.
- IKENBERRY, G. John. Reflections on After Victory. **The British Journal of Politics and International Relations**, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 5–19, 2019.
- IKENBERRY, John. The Plot against American Foreign Policy: Can the Liberal Order Survive? Present at the Destruction. **Foreign Affairs**, [s. l.], v. 96, n. 3, p. 2–9, 2017.
- JACKSON, Sam. **Oath Keepers: Patriotism and the Edge of Violence in a Right-Wing Antigovernment Group.** New York: Columbia University Press, 2020.
- KARKOUR, Haro L. Illiberal and irrational? Trump and the challenge of liberal modernity in US foreign policy. <https://doi.org/10.1177/0047117820954231>, [s. l.], v. 35, n. 4, p. 533–550, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0047117820954231>. Acesso at: 14 Nov. 2021.
- LAYNE, Christopher. The Waning of U.S. Hegemony—Myth or Reality? A Review Essay. **International Security**, [s. l.], v. 34, n. 1, p. 147–172, 2009.
- LEVY, Rachael; ALLWORTH, Erin. Who Are the Proud Boys? Canada Names Far-Right Group a Terrorist Organization. **The Wall Street Journal**, [s. l.], 5 Feb. 2021. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/who-are-proud-boys-11601485755>. Acesso at: 29 Jun. 2022.
- MCGREGOR, Richard. China is squirming under pressure to condemn Russia. It can't hold out forever. **The Guardian**, [s. l.], 11 Mar. 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2022/mar/12/china-is-squirming-under-pressure-to-condemn-russia-it-cant-hold-out-forever>. Acesso at: 30 Jun. 2022.
- MCQUEEN, Eric. **Examining Extremism: The Oath Keepers.** [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.csis.org/blogs/examining-extremism/examining-extremism-oath-keepers>. Acesso at: 29 Jun. 2022.
- MENDONÇA, F. DE A. DO P.; LIMA, T.; VIGEVANI, T. Instituições e política comercial nos Estados Unidos: política internacional, demandas domésticas e design institucional. **Economia e Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 45–77, abr. 2017.
- MILANI, Livia Peres. Donald Trump e a América Latina: desconstruindo a ordem liberal?. **Sul Global**, [s. l.], v. 2, n. 2, 2021.
- NATHAN, Andrew J. Biden's China Policy: Old Wine in New Bottles? **China Report**, [s. l.], v. 57, n. 4, p. 387–397, 2021.
- NAYAK, Meghana v.; MALONE, Christopher. American Orientalism and American Exceptionalism: A Critical Rethinking of US Hegemony. **International Studies Review**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 253–276, 2009.
- NEXON, Daniel; NEWMAN, Abraham. **Trump says American allies should spend more on defense. Here's why he's wrong.** [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.vox.com/the-big-idea/2017/2/16/14635204/burden-sharing-allies-na-to-trump>. Acesso at: 29 Jun. 2022.
- OWEN, John. How liberalism produces democratic peace. In: ELMAN, Colin; JENSEN, Michael (org.). **Realism Reader.** London: Routledge, 2014.
- PECEQUILO, C. S.; FORNER, C. N. O Reposicionamento Estratégico SinoEstadunidense: o Mar do Sul da China (2009/2017). **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 4, n. 2, 30 dez. 2017.
- PETERSON, John. Present at the Destruction? The Liberal Order in the Trump Era. **The International Spectator**, [s. l.], v. 53, n. 1, p. 28–44, 2018.

- POMPEO, Michael. **Remarks by Secretary Pompeo at the German Marshall Fund**. [s. l.], 2018. Disponível em: <https://ua.usembassy.gov/remarks-by-secretary-pompeo-at-the-german-marshall-fund/>. Acesso at: 29 Jun. 2022.
- POSEN, Barry. The Rise of Illiberal Hegemony: Trump's Surprising Grand Strategy. **Foreign Affairs**, [s. l.], v. 97, n. 2, p. 20–27, 2018.
- POTY, I. B. **Os Estados Unidos e a China: competição geopolítica e crise da ordem liberal internacional (2009-2020)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.
- POTY, Italo Barreto. Ordem Liberal Internacional e Grande Estratégia Americana (1991-2017): mudanças e continuidades. **Conjuntura Austral**, [s. l.], v. 12, n. 57, p. 23–37, 2021.
- RESTAD, Hilde Eliassen. What makes America great? Donald Trump, national identity, and U.S. foreign policy. **Global Affairs**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 21–36, 2020.
- RUGGIE, John Gerard. American Exceptionalism, Exemptionalism, and Global Governance. In: **AMERICAN EXCEPTIONALISM AND HUMAN RIGHTS**. Princeton: Princeton University Press, 2009. p. 304–338.
- RUGGIE, John Gerard. International regimes, transactions, and change: embedded liberalism in the postwar economic order. **International Organization**, [s. l.], v. 36, n. 2, p. 379–415, 1982.
- RUSSETT, Bruce *et al.* The Democratic Peace. **International Security**, [s. l.], v. 19, n. 4, p. 164–184, 1995.
- SCHWELLER, Randall L.; PU, Xiaoyu. After Unipolarity: China's Visions of International Order in an Era of U.S. Decline. **International Security**, [s. l.], v. 36, n. 1, p. 41–72, 2011.
- SEVASTOPULO, Demetri; INAGAKI, Kana. Joe Biden launches trade agreement with 12 Asian nations. **Financial Times**, [s. l.], 23 May 2022. Disponível em: <https://www.ft.com/content/e2634c2a-3709-4a31-a419-1e30af1fc607>. Acesso at: 29 Jun. 2022.
- SILVERSTONE, Scott. **Preventive War and American Democracy**. [S. l.]: Routledge, 2012.
- SIMÃO, Licínia. As crises da ordem liberal. **Relações Internacionais**, [s. l.], n. 63, p. 39–51, 2019.
- SOLLER, Diana. A síntese Biden Uma ordem liberal para um sistema em transição de poder. **Relações Internacionais**, [s. l.], n. 69, p. 1–29, 2021.
- STEELE, Brent J. 'Ideals that were really never in our possession': Torture, Honor and US Identity. **International Relations**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 243–261, 2008.
- STEELE, Brent J. Organizational processes and ontological (in)security: Torture, the CIA and the United States. **Cooperation and Conflict**, [s. l.], v. 52, n. 1, p. 69–89, 2017.
- STEPHENS, Philip. Trump Presidency: America First or America Alone?. **Financial Times**, [s. l.], 16 Jan. 2017. Disponível em: <http://macaudailytimes.com.mo/files/pdf2017/FT-2723-2017-01-16.pdf>. Acesso at: 29 Jun. 2022.
- STOKES, Doug. Trump, American hegemony and the future of the liberal international order. **International Affairs**, [s. l.], v. 94, n. 1, p. 133–150, 2018.
- THE WHITE HOUSE. **Interim National Security Strategic Guidance**. [S. l.]: 3, 2021a.
- THE WHITE HOUSE. National Security Strategy of the United States of America. [s. l.], p. 1–68, 2017.
- THE WHITE HOUSE. **National Strategy for Countering Domestic Terrorism**. [S. l.: s. n.], 2021b.
- THOMAS-GREENFIELD, Linda. **Senate Confirmation Hearing Opening Statement Ambassador Linda Thomas-Greenfield**. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: https://www.foreign.senate.gov/imo/media/doc/012721_Thomas-Greenfield_Testimony.pdf. Acesso at: 29 Jun. 2022.
- TORRES, E. T. Japão: da industrialização tardia à globalização financeira. Em: FIORI, J. L. (Ed.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- US CONGRESS. **U.S. Security Assistance to Ukraine**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://crsreports.congress.gov/product/pdf/IF/IF12040#:~:text=From%202014%2C%20when%20Russia%20first,according%20to%20the%20State%20Department.>>. Acesso em: 29 ago. 2023.
- U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Summit for Democracy**. [S. l.], 2021.
- WHITTAKER, G. Os mísseis HIMARS podem mudar o curso da guerra na Ucrânia? **Deutsche Welle**, 25 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/os-m%C3%ADsseis-himars-podem-mudar-o-curso-da-guerra-na-ucr%C3%A2nia/a-62585740>>. Acesso em: 29 ago. 2023.
- WHITTAKER, G. Os mísseis HIMARS podem mudar o curso da guerra na Ucrânia? **Deutsche Welle**, 25 jul. 2022.